



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA
EDUCAÇÃO:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E INTERDISCIPLINARES

PEDRINA BEZERRA DA SILVA

ALFABETIZAÇÃO DE ALUNOS DA 11ª REGIONAL DE ENSINO
DA PARAÍBA: Uma reflexão sobre a teoria e a prática

PRINCESA ISABEL – PB

2014

PEDRINA BEZERRA DA SILVA

ALFABETIZAÇÃO DE ALUNOS DA 11ª REGIONAL DE ENSINO
DA PARAÍBA: Uma reflexão sobre a teoria e a prática

Monografia apresentada à Coordenação do curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientadora:

Mariane Sousa Barbosa.

PRINCESA ISABEL – PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586a Silva, Pedrina Bezerra da
Alfabetização de alunos da 11ª regional de ensino da Paraíba
[manuscrito]: uma reflexão sobre a teoria e a prática / Pedrina
Bezerra da Silva. - 2014.
34 p. : il. color.

Digitado.

Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação:
Práticas Ped. Interdisciplinares) - Universidade Estadual da
Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à
Distância, 2014.

"Orientação: Mariane Sousa Barbosa., Departamento de
Filosofia e Ciências naturais".

1. Sistema Educacional Brasileiro. 2. Alfabetização. 3.
Leitura e Escrita. I. Título.

21. ed. CDD 370

PEDRINA BEZERRA DA SILVA

**ALFABETIZAÇÃO DE ALUNOS DA 11ª REGIONAL DE ENSINO
DA PARAÍBA: Uma reflexão sobre a teoria e a prática**

Monografia apresentada à Coordenação do curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

APROVADA em: 26 de Julho de 2014.

Marianne Sousa Barbosa.

Prof. Me. Mariane Sousa Barbosa.

Orientadora

Nivaldo Rosivaldo da Silva Filho

1º Examinador

Sergio R. da Costa Simplicio

2º Examinador

PRINCESA ISABEL – PB

2014

Dedico aos meus filhos, Nilton e Núbia, que
meu gosto pelos estudos seja uma motivação
para trilharem os seus

AGRADECIMENTOS

Ao divino Pai, pelo dom da vida e estar sempre ao meu lado.

A minha família, especialmente aos meus pais: Nicolau e Alice por terem me ensinado a nunca desistir dos meus sonhos e ser a pessoa que sou hoje. Aos meus filhos Nilton e Núbia por serem a razão de superação de todos os meus obstáculos. A meu esposo Nelson pelo apoio e dedicação.

A todos os professores que ministraram disciplinas durante o curso e despertaram em mim um desejo de construir novos saberes. Especialmente a minha orientadora, Mariane Sousa Barbosa pela orientação, respeito e paciência essenciais na realização deste trabalho.

Aos membros da banca pela disponibilidade em participar da construção contribuição e melhoria desse trabalho.

Aos colegas de curso por todas as experiências positivas compartilhadas.

Muito obrigada a todos que de maneira direta ou indireta contribuíram para a realização deste trabalho.

Todo mundo é melhor em alguma coisa.
Alguns são melhores em muitas coisas.
Tudo que a escola tem a fazer é dar
oportunidade para cada um descobrir e
demonstrar em que é melhor” (Tennis
Willian)

RESUMO

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa que teve como objetivo: refletir sobre a trajetória da educação escolar no Brasil e as reformas educacionais para o ensino fundamental, desde os anos 90 até 2013. Realizou-se estudo sobre as principais mudanças ocorridas no Sistema Educacional Brasileiro influenciadas pela promulgação da Constituição Federal vigente. Procurou-se compreender como ocorre o processo de leitura e escrita; e analisar o nível de leitura e escrita dos alunos de 1º ao 5º ano das escolas da rede estadual da 11ª Gerência Regional de Ensino (GRE). Verificando se é condizente com as metas estabelecidas pelo Ministério de Educação e Cultura. Pesquisa do tipo exploratória adotou o estudo bibliográfico e pesquisa documental como metodologia. A coleta de dados ocorreu com a utilização dos dados referentes ao nível de leitura e escrita inicial e final do ano letivo de 2013 das escolas: Delmiro Dantas; Adriano Feitosa; Iracema Marques, América Florentino, Gama e Melo; Antonia Diniz Maia e Monsenhor Sebastião Rabelo. Os resultados mostram que a universalização do ensino foi a principal mudança ocorrida no Sistema Educacional Brasileiro a partir da década de 1990. Promoveu importantes debates que culminaram com a elaboração de documentos como a Lei de Diretrizes e Bases LDB e os Parâmetros Curriculares Nacionais PCN. Os níveis de leitura e escrita dos alunos mostram que muitos alunos chegam ao final do 3º ano do ensino fundamental I sem o domínio da leitura e da escrita contrariando o objetivo do Pacto Nacional da Idade Certa PNAIC

Palavras chave: Sistema Educacional Brasileiro. Alfabetização. Leitura e escrita.

ABSTRACT

This work is the result of a survey that aimed to: Reflect on the history of education in Brazil and educational reforms for basic education since the 90 until 2013 study was carried out on major changes in the Educational System Brazilian influenced by the promulgation of the current Constitution. We sought to understand how the process of reading and writing occurs; and analyze the level of reading and writing to students from 1st to 5th grade schools in the state system of the 11th Regional Management Education (GRE). Verifying that is consistent with the goals established by the Ministry of Education and Culture. Search the exploratory study adopted the bibliographic and documentary research as a methodology. Data collection took place with the use of data regarding reading level and start and end of the school year 2013 school writing: Delmiro Dantas; Adriano Feitosa; Iracema Marques, Florentino America, Range and Melo; Antonia Diniz Maia and Monsignor Sebastian Rabelo. The results show that universal education was the main change occurred in the Brazilian Educational System from the 1990. Promoted important debates that led to the drafting of documents like the Bill of LDB LDB and the National Curricular Parameters NCP. Levels of reading and writing students show that many students come to the end of the 3rd year of elementary school without the mastery of reading and writing contrary to the objective of the National Covenant of Right Age PNAIC

Keywords: Sistema; literacy, reading and writing.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – quadro demonstrativo inicial do campo da pesquisa	26
Ilustração 2 – gráfico representativo do perfil inicial de leitura dos alunos pesquisados-2013	26
Ilustração 3 – Gráfico representativo do perfil inicial de escrita dos alunos pesquisados 2013	27
Ilustração 4 – Gráfico representativo do perfil final de leitura dos alunos pesquisados- 2013	28
Ilustração 5 – Gráfico representativo do perfil final de escrita dos alunos pesquisados 2013	28

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I- EDUCAÇÃO E ALFABETIZAÇÃO COMO PROCESSO DE CIDADANIA	13
CAPÍTULO II- AS PRINCIPAIS MUDANÇAS OCORRIDAS NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO	17
2.1 Lei de diretrizes e bases da educação LDB, símbolo da nova política de educação brasileira	18
2.2 Parâmetros curriculares nacionais – PCN, instrumento de apoio às práticas pedagógicas	20
2.3 O pacto nacional da alfabetização na idade certa PNAIC compromisso com a alfabetização	22
CAPÍTULO III- RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS.....	33

INTRODUÇÃO

A educação é um direito essencial à vida assegurado pela Constituição Federal (CF) vigente, sendo de competência da União em consonância com o Governo Estadual e Municipal promovê-la. Desta forma, muitas são as Leis e Decretos que regulamentam o ensino, e são criadas para torná-lo padronizado em todo o Território Nacional. Formando assim, o Sistema Educacional Brasileiro que passa por inúmeras transformações para sua melhoria.

A década de 1990 representa um marco importante para a atualização do Sistema Educacional Brasileiro vigente, pois, representa um período de profundos debates que culminaram com a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e recentemente em 2010 o Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Ambas têm em comum o objetivo de erradicar o analfabetismo.

Desta forma, o presente trabalho é resultado de uma pesquisa bibliográfica e documental que teve como principal objetivo: refletir sobre a trajetória da educação escolar no Brasil e as reformas educacionais para o ensino fundamental, desde os anos 90. Com os objetivos específicos: Estudar as principais mudanças ocorridas no Sistema Educacional Brasileiro influenciada pela promulgação da Constituição Federal vigente. Compreender como ocorre o processo de leitura e escrita e analisar o nível de leitura e escrita dos alunos de 1º ao 5º ano das escolas da rede estadual da 11ª Gerência Regional de Ensino (GRE) verificando se é condizente com as metas estabelecidas pelo Ministério de Educação e Cultura.

A técnica utilizada para a realização do presente trabalho foi à pesquisa, bibliográfica e documental. De acordo com Severino, (2007, p.124)

As técnicas são procedimentos operacionais que servem de medição prática para a realização das pesquisas. Como tais, podem ser utilizadas em pesquisas conduzidas mediante diferentes metodologias e fundadas em diferentes epistemologias. Mas obviamente, precisam ser compatíveis com os métodos adotados e com os paradigmas epistemológicos adotados.

A presente pesquisa caracteriza-se como do tipo exploratória, pois “busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto. (SEVERINO, 2007 p.123). A pesquisa apoiou-se no método indutivo, visto que se

procurou o conhecimento do todo partindo da análise de casos específicos inerentes a realidade do nível de aprendizagem de um grupo de alunos do ensino fundamental I das escolas Delmiro Dantas; Adriano Feitosa; Iracema Marques, América Florentino, Gama e Melo; Antonia Diniz Maia e Monsenhor Sebastião Rabelo. Essas, formam a 11ª Gerência Regional de ensino (GRE).

O Levantamento bibliográfico para embasamento teórico teve como fontes secundárias autores que versam sobre o tema. Como também foram utilizadas fontes primárias com consulta em documentos oficiais, sobretudo, Constituição Federal (CF) vigente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e o decreto 8035/2010. Documentos que normatizam a Política educacional Brasileira vigente.

A coleta de dados ocorreu com a utilização dos dados referentes ao nível de leitura e escrita inicial e final do ano letivo de 2013 de 7 escolas da 11ª Gerência Regional de Ensino (GRE) que em 2013 ofereceram o ensino fundamental I. a saber: A escola Delmiro Dantas; Adriano Feitosa; Iracema Marques, América Florentino, Gama e Melo; Antonia Diniz Maia e Monsenhor Sebastião Rabelo.

A sede da 11ª, (GRE) localizada à Rua Francisco Wanderley S/N- Princesa Isabel- PB, fundada no ano de 1990, Atende sete municípios: Imaculada, Água Branca, Juru, Tavares, Princesa Isabel, São José de Princesa e Manaíra. Desses municípios, apenas São José de Princesa e Água Branca não oferecia a primeira fase do ensino fundamental em 2013 pela rede estadual.

Com base nos resultados da pesquisa busca-se discutir os avanços na Política Educacional Brasileira e conhecer a realidade do nível de aprendizagem no ensino fundamental I nas escolas da 11ª GRE verificando se está de acordo com o que determina o Pacto Nacional de Alfabetização na idade certa (PNAIC).

Trata-se de um estudo relevante, pois, poderá enriquecer a produção do conhecimento e melhoria nas práticas educativas. Como também poderá servir de subsídio para a tomada de decisão por parte dos administradores para alcançar a eficiência na alfabetização prevista pela Política de Educação vigente.

CAPÍTULO I- EDUCAÇÃO E ALFABETIZAÇÃO COMO PROCESSO DE CIDADANIA

Esse capítulo apresenta os resultados obtidos a partir da pesquisa bibliográfica, às consultas realizadas sobre as mudanças ocorridas no Sistema Educacional Brasileiro a partir da década de 1990, que muito contribuiu para a melhoria nos níveis de alfabetização de alunos da I fase do ensino fundamental. Documentos importantes que norteiam o oferecimento do direito constitucional e marcam o avanço no arcabouço legal do Sistema Educacional Brasileiro além de autores que versam sobre o tema. Os conhecimentos adquiridos possibilitaram a realização de uma síntese sobre a trajetória da reforma educacional para o ensino fundamental dos anos 90 a 2013 e uma reflexão sobre a teoria e a prática nas escolas da 11ª Gerência Regional de Ensino (GRE).

A Constituição Federal (CF) vigente em seu Art. 6º dispõe que “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1998. p.7). Da mesma forma, determina que é competência da União em consonância com o Governo Estadual e Municipal promovê-la. E essa promoção deve ser com qualidade assegurando o acesso de maneira igualitária, sendo atendidas as necessidades de cada um. Para tanto cabe ao poder público o oferecimento de transporte, merenda escolar, material didático e boa infraestrutura das escolas, tanto física como humana. Ao analisar a realidade da educação o Banco Mundial relata que:

A educação é pedra angular do crescimento econômico e do desenvolvimento social e um dos principais meios para melhorar o bem-estar dos indivíduos. Ela aumenta a capacidade produtiva das sociedades e suas instituições políticas, econômicas e científicas e contribui para reduzir a pobreza, acrescentando o valor e a eficiência ao trabalho dos pobres e mitigando as conseqüências da pobreza nas questões vinculadas à população, saúde e nutrição (...) o ensino de primeiro grau é a base e sua finalidade fundamental é dupla: produzir uma população alfabetizada e que possua conhecimentos básicos de aritmética capaz de resolver problemas no lar e no trabalho, e servir de base para sua posterior educação”. (BM, 1992, p. 2)

Assegurar o direito da oferta da educação de qualidade é a garantia dos demais direitos humanos. Pequeno, (2008, p.24) entende que:

Os direitos humanos são aqueles princípios ou valores que permitem a uma pessoa afirmar sua condição humana e participar plenamente da vida. Tais direitos fazem com que o indivíduo possa vivenciar plenamente sua condição biológica, psicológica, econômica, social cultural e política.

Comumente a palavra educação é associada à alfabetização e essa, ao desenvolvimento social e econômico. Desta forma a falta de alfabetização poderá ser confundida também com a falta de educação ou falta de desenvolvimento. A própria Unesco distingue os povos desenvolvidos e subdesenvolvidos adotando como indicador central a taxa de alfabetização.

De acordo com a Conferência Mundial sobre a Educação para Todos (1990) apud CASTANHEIRA et al, (2009 p.14) “alfabetização passa a ser entendida como instrumento eficaz para a aprendizagem, para o acesso e para a elaboração da informação, para criação de novos conhecimentos e para participação na própria cultura e na cultura mundial nascente”.

Por muito tempo o parâmetro que classificava uma pessoa alfabetizada era a capacidade de escrever seu próprio nome, entretanto, nas últimas décadas a pergunta feita pelo censo para verificar a condição de alfabetizado é se o indivíduo é capaz de escrever um bilhete simples alterando a capacidade de decodificar o próprio nome à capacidade de usar a leitura e escrita para uma prática social. A falta da capacidade de ler e escrever causa exclusão e afeta a auto-estima dos sujeitos, essa capacidade acontece de maneira gradativa e melhora com a prática e o exercício constante.

O processo de leitura e escrita acontece a partir do desenvolvimento cognitivo. É estudado pela neurociência que explica como o cérebro funciona para dar sentido a imagens gráficas cuja composição obedece ao sistema estabelecido da língua escrita de cada língua falada.

O cérebro processa a informação enviada por outros sentidos como: a visão, o tato, a audição. De acordo com Lima, (2012 p.32) “a área visual da palavra, a imagem se difunde rapidamente pelo cérebro, ativando outras áreas com as quais está conectada: as áreas auditiva, da fala, intelectuais, executivas, e, igualmente, as áreas da memória e da emoção”.

Neste sentido, e ainda de acordo com o autor ora mencionado “O ato de ler poderia, então ser definido como a atividade de dar sentido a imagem cuja composição obedece ao sistema estabelecido da língua escrita de cada língua falada.” (LIMA, 2012 p.32).

A investigação do desenvolvimento humano foi estimulada pelas ideias de Darwin e a teoria da evolução. De acordo com Ferreiro, (1985) Piaget divide o desenvolvimento intelectual em quatro períodos amplos: Sensório-motor, Pré-operacional, Operacional concreto, Operações formais. Cada período com características que se manifestam geralmente com o amadurecimento cronológico da criança. São períodos independentes podendo se manifestar mais cedo ou mais tarde em algumas crianças.

Normalmente a criança ao ingressar no ensino fundamental encontra-se no período Pré-operacional no estágio intuitivo que geralmente ocorre por volta de 5 a 7 anos de idade. Nesse momento a criança não consegue resolver problemas de conservação; os julgamentos são baseados na percepção e não na lógica. Por volta de 7 a 11 anos a criança atinge a fase operacional concreto. Atinge a fase da reversibilidade, consegue solucionar os problemas de conservação e operações lógicas desenvolvidas e aplicadas a problemas concretos, mas não consegue solucionar problemas verbais complexos. O desenvolvimento ocorre a partir do pensamento pré-lógico para as soluções lógicas de problemas concretos

O último período compreende a fase em que o indivíduo soluciona com lógica todos os tipos de problemas. Pensa cientificamente; soluciona problemas verbais complexos; as estruturas cognitivas amadurecem, ocorre geralmente entre 11 e 15 anos. É nessa etapa que o aluno adquire maturidade para assimilar e compreender questões mais complexas como é o caso da norma ortográfica.

Assim, a partir das combinações de letras e dos valores sonoros que as letras nele assumem, a norma ortográfica cria outras propriedades ou restrições. Às vezes, elas são pautadas por regras. Noutros casos, a norma estabelece formas únicas autorizadas, que o usuário terá que memorizar, sem ter como se guiar por uma regra. (MORAIS, 2007 p.18)

É também nessa idade cronológica que a criança que não sofreu prejuízos conclui a primeira fase do ensino fundamental. Dessa forma, entende-se que ao concluir o quinto ano o aluno seja capaz de compreender regras, assimilar e resolver problemas matemáticos e manifeste um bom domínio de leitura e escrita, que serão melhorados na segunda fase do ensino fundamental.

De acordo com Morais, 1999 *apud* Cruz, (2012, p.9). “Ao atingir a hipótese alfabética é preciso que a criança reflita sobre a norma ortográfica, compreendendo

as irregularidades e memorizando as irregularidades ortográficas, a fim de escrever convencionalmente as palavras”.

É essa a meta de ensino que o Sistema Educacional Brasileiro traça. Para atingi-la muitas mudanças ocorreram com a elaboração de um arcabouço legal que norteia a prática pedagógica e passa por constantes modificações visando à melhoria nos índices da educação.

CAPÍTULO II - AS PRINCIPAIS MUDANÇAS OCORRIDAS NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

Para que o artigo 6º da CF seja atendido, muitas Leis e decretos foram criados ao longo da História do Brasil para orientar o ensino. Assim, o Sistema Educacional brasileiro é compreendido por um conjunto de regras que disciplinam a educação para que ela ocorra de maneira igualitária em todo o Território Nacional.

Ao longo dos anos registros históricos mostram que muitos foram os esforços para a efetivação de um Sistema Educacional no Brasil, porém, a promulgação da CF em 1988, abriu debates importantes para a discussão dos problemas e das necessidades da educação. Tais debates aconteceram em importantes eventos como é o caso da Conferência de Educação para Todos, ocorrida em março de 1990 em Jomtien, na Tailândia. Convocada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Banco Mundial.

Nesse encontro, o Brasil através do Ministério da Educação e do Desporto elaborou o Plano Decenal de Educação para Todos. O referido Plano afirma que:

O compromisso Nacional inclui tópicos considerados indispensáveis para compor uma agenda mínima de recuperação da educação básica nacional, destacando- se, entre eles, a profissionalização do magistério, a qualidade do ensino fundamental, a autonomia da escola, a equidade na aplicação dos recursos. [...] Nenhuma criança sem escola constitui o ponto nevrálgico do Plano Decenal. Todavia, não pode ser uma escola qualquer. A meta do Plano Decenal é uma escola de qualidade, uma escola que efetivamente se transforme em agência promotora da cidadania, assegurando a cada criança a aquisição organizada de conhecimentos básicos necessários ao mundo de hoje, cada vez mais condicionado pelo progresso científico e tecnológico. A partir do Plano Decenal, os direitos da criança às necessidades básicas de aprendizagem devem ser garantidos. A escola deverá assumir o papel constitucional de construção da cidadania e deixar de ser uma agência de produção do fracasso escolar. (BRASIL, 1993, p.5).

Desta forma, a década de 90 é considerada uma das mais importantes no que diz respeito à criação de um arcabouço legal para o Sistema Educacional Brasileiro, pois a elaboração do Plano Decenal fomentou um amplo debate sobre a educação, possibilitando apontar as dificuldades e elaboração de importantes leis como é o

caso da Lei de Diretrizes e Bases, os Parâmetros Curriculares Nacionais, entre outras que visam disciplinar a oferta da educação de qualidade.

2.1- Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB: símbolo da nova política educacional brasileira.

A elaboração do Plano Decenal foi de fundamental importância para a promulgação da LDB : Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional : Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. A lei Darcy Ribeiro, como ficou conhecida, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Seu texto aborda questões como: a responsabilidade de cada agente da sociedade para com o oferecimento da educação. Os artigos 2º e 6º, respectivamente dizem que:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. [...] É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 quatro anos de idade.

Também, a LDB trata dos níveis; modalidades de ensino; os requisitos para a formação e a valorização do magistério; como também do financiamento da educação. Divide a obrigação dos entes federativos para com a oferta da modalidade de ensino. Determina que: a educação infantil e fundamental considerada a primeira fase da educação básica é de responsabilidade dos Municípios, esses, são responsáveis em organizar e acompanhar o desenvolvimento das ações, já o ensino médio segunda fase da educação básica é de responsabilidade dos Estados ficando a União como o principal responsável pelo desenvolvimento do ensino superior público.

O art. 22 da LDB determina que “a educação básica, da qual o ensino fundamental é parte integrante, “deve assegurar a todos“ a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”, fato que confere ao ensino fundamental, ao mesmo tempo, um caráter de terminalidade e de continuidade.

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino

e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (BRASIL, 1993, p.17)

A LDB significou a descentralização da educação, e autonomia dos Estados e Municípios para desenvolverem seus planos de ação que podem ser realizados de maneira individual em toda a esfera nacional, porém devem ser em consonância com o Ministério da Educação e Cultura (MEC). Com esta nova edição a Câmara dos Deputados cumpre o papel de facilitar o acesso à informação sobre os direitos e deveres de todos os brasileiros, promovendo condições para a participação com qualidade e a construção de uma sociedade mais justa. (BRASIL, 1996, p.8)

Também a LDB representou a democratização. Em seu art. 5º trata: “ o acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo” (BRASIL, 1996 p.11).

Nesse contexto de mudanças as práticas pedagógicas também necessitaram passar por mudanças. Com o advento tecnológico que também marcou essa década os professores tendem a acompanhar os avanços e introduzir os recursos de multimídia como ferramenta pedagógica. Guedes, (2006, p. 19) afirma que “se na etapa anterior era de responsabilidade do professor articular os eixos epistemológicos e das necessidades didático-pedagógicas, no mundo tecnologizado muda-se qualitativamente a identidade e o trabalho do professor”. Procurando por bons resultados na educação em todos os níveis.

De acordo com a art. 32 da LDB alterado pela Lei 11.274/2006 o ensino fundamental obrigatório, com duração de nove anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos seis anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

- I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
 - II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
 - III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
 - IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.
- (BRASIL, 1996)

Assim a educação se manifesta a partir dos quatro pilares da educação. De acordo com o relatório produzido na Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, pela UNESCO. A educação destacou quatro pilares que são as bases da educação ao longo de toda a vida e que servem de orientação para as instituições de ensino programar uma metodologia inovadora baseada no desenvolvimento de competências que privilegia um desenvolvimento integral da pessoa capacitando-a para atuar de forma responsável e eficaz na sociedade: Aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver com os outros, aprender a ser.

Aprender a conhecer, faz referência a capacidade de desenvolver as habilidades cognitivas tornando o sujeito capaz de compreender, deduzir e memorizar. O aprender a fazer, consiste em aplicar no cotidiano as teorias aprendidas e à formação profissional. O aprender a viver com os outros, remete ao papel da escola com a cidadania, a formação de valores e princípios para uma socialização com respeito dos direitos individuais e coletivos. Aprender a ser, é o resultado dos três anteriores, aprender a ser habilidoso, compreensivo, participativo e proativo na sociedade Para desenvolver as habilidades necessárias para a aprendizagem conforme os pilares orientam, foram elaborados os Parâmetros Curriculares nacionais.

2.2 Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN: instrumento de apoio às práticas pedagógicas

Visando atender as determinações e metas do Plano Nacional decenal e da LDB, o Ministério de Educação e do Desporto em 1997 elaborou os Parâmetros Curriculares Nacionais da educação (PCN). Esses:

Constituem o primeiro nível de concretização curricular. São uma referência nacional para o ensino fundamental; estabelecem uma meta educacional para a qual devem convergir as ações políticas do Ministério da Educação e do Desporto, tais como os projetos ligados à sua competência na formação inicial e continuada de professores, à análise e compra de livros e outros materiais didáticos e à avaliação nacional. Têm como função subsidiar a elaboração ou a revisão curricular dos Estados e Municípios, dialogando com as propostas e experiências já existentes, incentivando a discussão pedagógica interna das escolas e a elaboração de projetos educativos, assim como servir de material de reflexão para a prática de professores. (BRASIL, 1997, v 1)

Os PCNs vêm corroborar com a LDB no que diz respeito à autonomia regional para a com a elaboração das propostas pedagógicas, enfatizando a necessidade de respeitar as diferenças regionais, considerando os aspectos culturais, sociais e físicos diante da diversidade que o Brasil apresenta, assim, seria inconcebível a adoção de um plano de educação homogêneo em todo o território nacional. Os Parâmetros Curriculares Nacionais, “ao reconhecerem a complexidade da prática educativa, buscam auxiliar o professor na sua tarefa de assumir, como profissional, o lugar que lhe cabe pela responsabilidade e importância no processo de formação do povo brasileiro” (BRASIL, 1997, p.7) Os documentos oficiais ainda afirmam:

A perspectiva construtivista na educação é configurada por uma série de princípios explicativos do desenvolvimento e da aprendizagem humana que se complementam, integrando um conjunto orientado a analisar, compreender e explicar os processos escolares de ensino e aprendizagem”. (BRASIL, 1997, p.1)

Porém, ressalta que os currículos devem obrigatoriamente propiciar o estudo da língua portuguesa, matemática do mundo físico e natural e da realidade social e política, o conhecimento do Brasil e adotar uma parte diversificada que aborde temas como: arte, educação física, pelo menos uma língua estrangeira, além de atividades que estimule a formação de valores morais, culturais, ética e meio ambiente.

A educação de qualidade é resultado de um conjunto de ações dos mais diferentes setores da sociedade seja através das políticas públicas que promovem de maneira informal a educação ou da educação formal que acontece na escola e requer uma infraestrutura tanto física como humana adequada. Assim:

Impõe a necessidade de investimentos em diferentes frentes, como a formação inicial e continuada de professores, uma política de salários dignos, um plano de carreira, a qualidade do livro didático, de recursos televisivos e de multimídia, a disponibilidade de materiais didáticos. Mas esta qualificação almejada implica colocar também, no centro do debate, as atividades escolares de ensino e aprendizagem e a questão curricular como de inegável importância para a política educacional da nação brasileira. (BRASIL, 1997, p. 1)

Com vistas a oferecer um número maior de vagas em escola pública, com uma escola acolhedora que possa minimizar os níveis de evasão escolar e reprovação, índices são usados como critérios para avaliar o Índice de desenvolvimento humano (IDH) de uma nação.

O perfil da educação brasileira apresentou significativas mudanças nas duas últimas décadas. Houve substancial queda da taxa de analfabetismo, aumento expressivo do número de matrículas em todos os níveis de ensino e crescimento sistemático das taxas de escolaridade média da população. (BRASIL, 1997, p. 1).

Entretanto, os níveis da educação em muito necessitam melhorar para alcançar o proposto pelo projeto de Lei 8.035/2010 que aponta diretrizes do Plano Nacional de Educação- PNE - para o decênio 2011-2020: “propõe a alfabetização de todas as crianças de no máximo 8 anos de idade até 2020”.

A avaliação do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), que em 2012 avaliou as habilidades de matemática mostrou que entre 65 países do ranking o Brasil ocupa o 58º lugar em matemática, o 55º lugar em leitura e o 59º em ciências. Apesar da colocação baixa, o país teve um dos maiores crescimentos na nota de matemática da avaliação, saltando de 356 pontos em 2003 para 391 pontos em 2012. Na área de leitura, o País saltou de 396 pontos em 2000 para 410 pontos em 2012, No ensino de ciências, a Educação brasileira cresceu de 390 pontos em 2006 para 405 em 2012.

O exame dá destaque também para dados referentes ao fluxo do sistema educacional dos países participantes. No caso do Brasil, entre 2009 e 2012, a taxa de repetência caiu de 40,1% para 37,4%. Também houve aumento percentual de estudantes matriculados: em 2003, 65% dos jovens com 15 anos frequentavam a escola. Em 2012, esse mesmo número chegou a 78%.

Com o objetivo de antecipar a meta proposta pelo Plano Nacional de Educação (PNE) para 2016. O Ministério da Educação e Cultura (MEC) elaborou o projeto de lei 8.035/2010 e propôs aos estados e municípios o Plano de Educação na Idade Certa (PNAIC).

2.3 O Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa (PNAIC): compromisso com a alfabetização

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa é um compromisso formal assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental. (1º ciclo)

No Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, quatro princípios centrais serão considerados ao longo do desenvolvimento do trabalho pedagógico:

1. O Sistema de Escrita Alfabética é complexo e exige um ensino sistemático e problematizador;
2. O desenvolvimento das capacidades de leitura e de produção de textos ocorre durante todo o processo de escolarização, mas deve ser iniciado logo no início da educação básica, garantindo acesso precoce a gêneros discursivos de circulação social e a situações de interação em que as crianças se reconheçam como protagonistas de suas próprias histórias;
3. Conhecimentos oriundos das diferentes áreas podem e devem ser apropriados pelas crianças, de modo que elas possam ouvir, falar, ler, escrever sobre temas diversos e agir na sociedade;
4. A ludicidade e o cuidado com as crianças são condições básicas nos processos de ensino e de aprendizagem.

Para assegurar o acontecimento das ações propostas pelo Pacto foram definidas as obrigações dos entes federativos. De acordo com o Ministério da Educação e cultura (MEC) Ao aderir ao Pacto, os entes governamentais se comprometem a: Alfabetizar todas as crianças em língua portuguesa e em matemática; realizar avaliações anuais universais, aplicadas pelo INEP, junto aos concluintes do 3º ano do ensino fundamental; no caso dos estados, apoiar os municípios que tenham aderido às ações do Pacto, para sua efetiva implementação.

Desta forma, a alfabetização é a prioridade nacional no contexto atual. De acordo com Freire, (1997, p.11, 12-24).

A prática da liberdade só encontrará adequada expressão numa pedagogia em que o oprimido tenha condições de, reflexivamente, descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica [...]. Talvez seja este o sentido mais exato da alfabetização: aprender a escrever a sua vida como autor e como testemunha de sua história [...]. Nesse sentido, alfabetizar-se não é aprender a repetir palavras, mas a dizer a sua palavra, criadora de cultura.

Para Soares, (1998, p.47) alfabetizar e letrar são duas ações distintas, mas não inseparáveis, ao contrário: o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja, ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se tornasse, ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado.

A proposta de organização escolar em ciclos orientada pelo pacto permite que nos três primeiros anos os educandos construam uma aprendizagem sistematizada

onde as habilidades são introduzidas no ano I, aprofundadas no ano II e consolidadas no III. De acordo com Albuquerque, (2012, p.29)

Os argumentos para a adoção do regime ciclado são muitos. Um deles repousa na ideia de que essa estrutura curricular favorece a continuidade, a interdisciplinaridade e a participação, respeitando-se os ritmos e os tempos dos alunos [...] uma negação a lógica excludente e competição, a adoção de uma lógica de inclusão e solidariedade (partilha de saberes) [...]

Para alcançar as metas propostas pelo Pacto várias ações foram definidas, entre elas:

I - suporte à formação continuada dos professores alfabetizadores e formação inicial e continuada de professores com capacitação para a educação especial; e

II - reconhecimento dos resultados alcançados pelas escolas e pelos profissionais da educação no desenvolvimento das ações pactuadas. (BRASIL, 2010)

Bem como a distribuição de material didático diversificado formado por jogos, acervos de literatura e obras complementares. Procurando a adesão de uma metodologia didática voltada a ludicidade para a promoção da alfabetização. Um vultoso investimento da União que por meio da Lei nº 12.801/2013 dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. O art. 1º desta Lei dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, com a finalidade de promover a alfabetização dos estudantes até os 8 (oito) anos de idade ao final do 3º ano do ensino fundamental da educação básica pública, aferida por avaliações periódicas. De acordo com Cruz, (2012 p.9).

Após as crianças estarem alfabéticas, o processo de consolidação das relações som- grafia pode passar a ser o foco do ensino no eixo da análise lingüística. Um dos aspectos a serem planejados é a exploração da norma ortográfica, pois, a apropriação da escrita alfabética não leva a criança a dominar todas as convenções regulares.

Por esse motivo, é fundamental que as crianças se sintam ativas. Só assim acontecerá a aprendizagem construtivista.

De acordo com Ferreiro e Teberosky, (1984) *Apud* Albuquerque, (2012 ano.1 p.16):

É interagindo com a escrita, contemplando seus usos e funções, que as crianças se apropriam da escrita alfabética, e não a partir da leitura de textos “forjados” como os presentes em diferentes cartilhas de alfabetização. Para esses autores, dependendo das oportunidades de vivenciar práticas diferenciadas da leitura e produção de textos (tanto na escola como fora dela), os aprendizes poderiam ter maior ou menor conhecimento sobre a “linguagem que usamos ao escrever” textos de diferentes gêneros e sobre os diferentes usos sociais que damos a eles.

Os desafios da educação atual para o oferecimento da educação de qualidade são pautados na prática de que “aprender a ler e escrever é um direito de todos, que precisa ser garantido por meio de uma prática educativa baseada em princípios relacionados a uma escola inclusiva” (BRASIL, 2012).

São muitos os desafios que vivenciamos nos últimos anos em busca da garantia de uma escola democrática, em que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como enfoque principal verificar o nível de aprendizagem dos alunos no 1º ciclo das escolas que compõem a 11ª GRE. Dessa sorte, os dados verificados nesta pesquisa serão apresentados no capítulo que se segue.

CAPÍTULO III- RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, no ano de 2013 o ensino fundamental I da 11ª GRE era oferecido em 7 escolas: EEEF Delmiro Dantas no município de Imaculada; EEEF América Florentino no município de Jurú; EEEFM Adriano Feitos em Tavares, EEEF Iracema Marques; EEEFM Gama e Melo ambas localizadas em Princesa Isabel; EEEFM Monsenhor Sebastião Rabelo e EEEFM Antonia Diniz Maia ambas no município de Manaíra. Juntas, no mesmo ano, formavam um total de 1553 alunos. Distribuídos em 67 turmas. (Conforme ilustração 1).

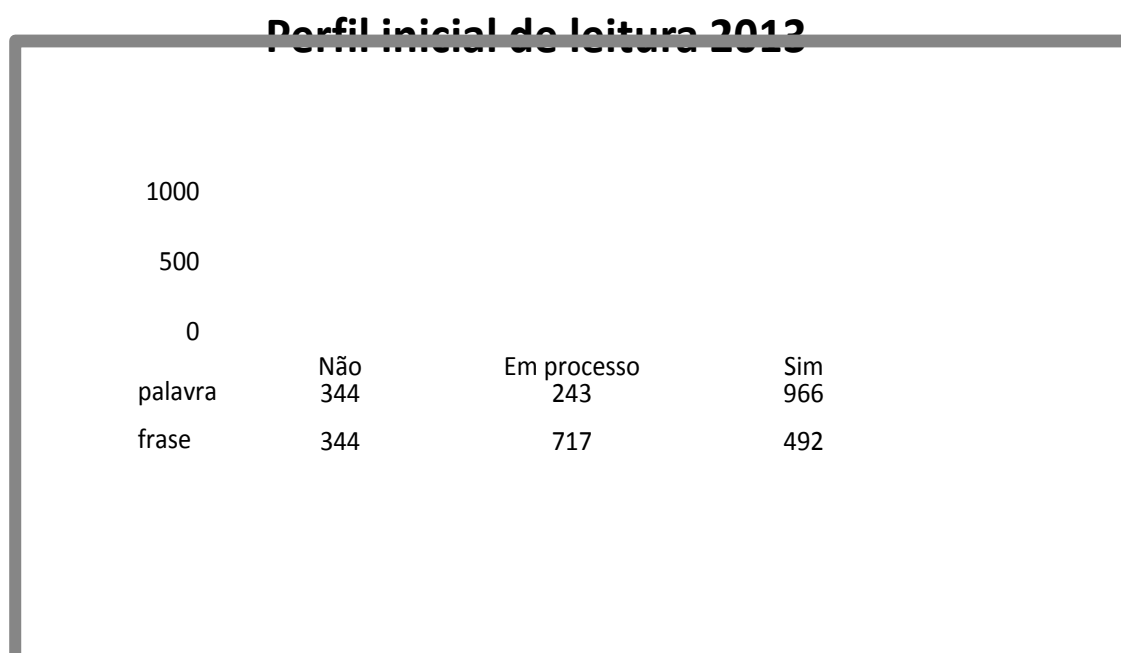
Ilustração 1- quadro demonstrativo inicial do campo da pesquisa

1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano
232 alunos	255	362	382	331
11 turmas	11 turmas	16 turmas	15 turmas	14 turmas

Fonte: Arquivo da 11ª GRE adaptação SILVA/ 2014

O perfil inicial de leitura e escrita em 2013 (conforme as ilustrações 2 e 3) mostra que inicialmente 344 alunos não liam palavras. Apenas (22,15%) dos alunos. Enquanto, 436 alunos do total encontravam-se lendo textos (28,07%). Os demais alunos se encontravam em processo de leitura de frases e texto.

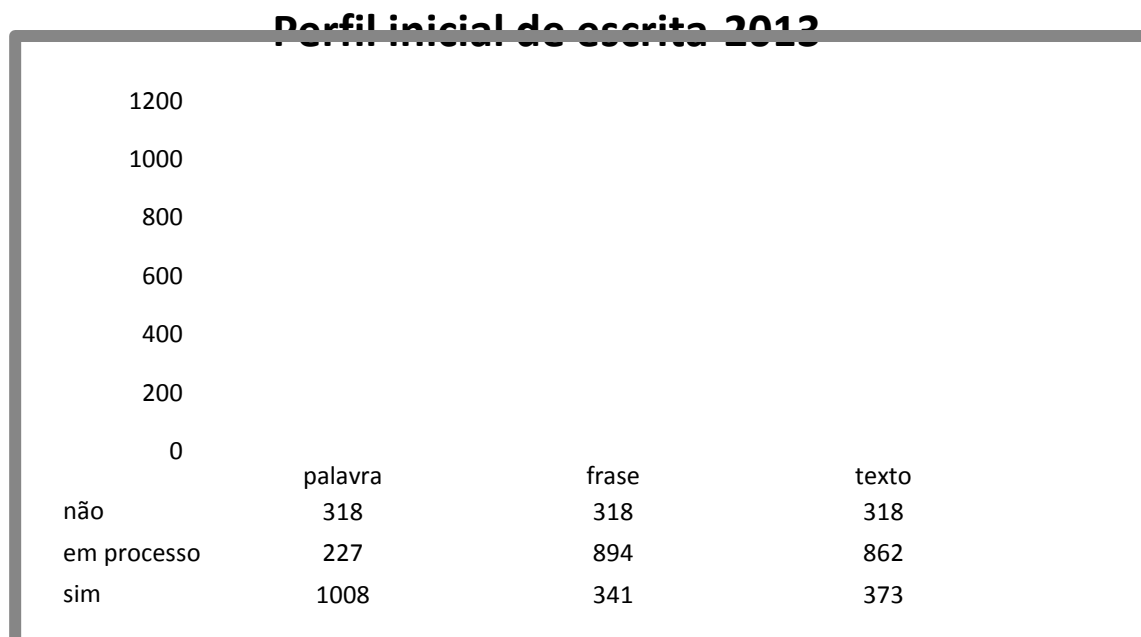
Ilustração 2- Gráfico representativo do perfil inicial de leitura dos alunos pesquisados - 2013.



Fonte: Arquivo da 11ª GRE adaptação SILVA/ 2014

Quanto à escrita o perfil inicial dos alunos mostra que 318 alunos (20,47%) não escrevem palavras enquanto que 267 estão em processo e 64 escrevem palavras. 131 alunos estão em processo de escrita de frase e 68 alunos escrevem frases. A avaliação de escrita de texto mostra que estão em processo e 373 escrevem textos.

Ilustração 3- Gráfico representativo do perfil inicial de escrita dos alunos pesquisados- 2013

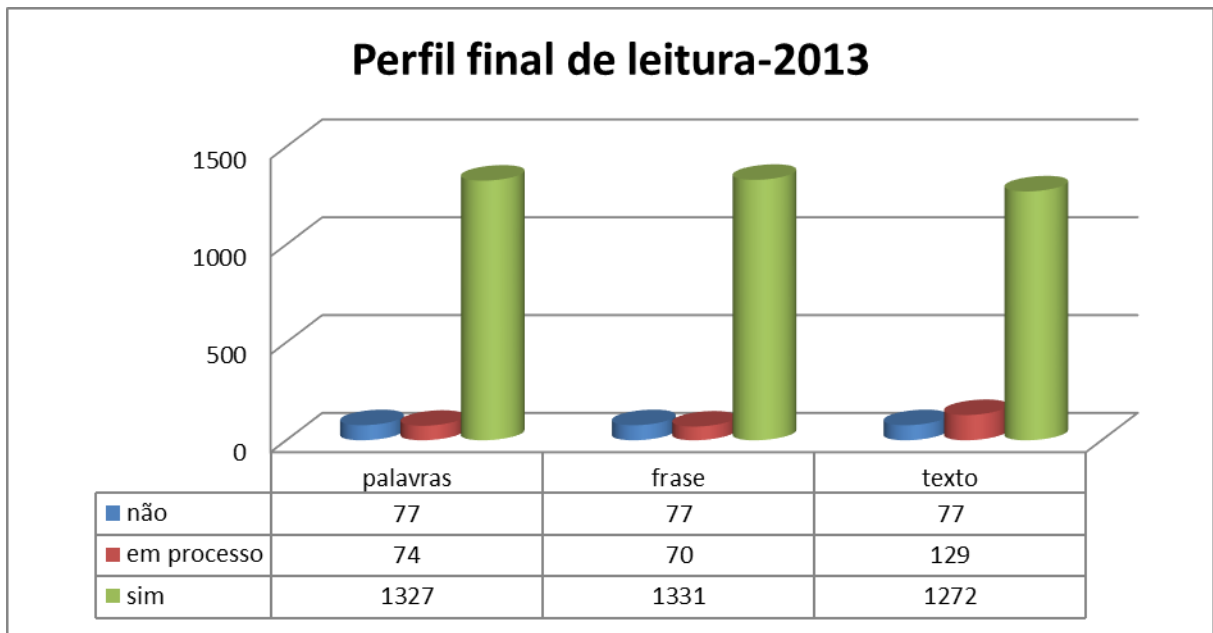


Fonte: Arquivo da 11ª GRE adaptação SILVA/ 2014

Ao final do ano letivo de 2013 o número de alunos matriculados no ensino fundamental I da 11ª GRE- Princesa Isabel foi de 1628 alunos. Desses, 1366 (92.42%) foram aprovados, 112 (7.57%) foram retidos, 215 foram transferidos e 30 alunos abandonaram.

O perfil final de leitura dos 1478 alunos que concluíram o ano letivo (conforme ilustração 5) mostra que 77 não lêem palavras, 74 estão em processo de leitura de palavra e os demais alunos lêem palavras. O nível com frases mostrou que 77 alunos estão em processo de leitura e 1331 estão lendo frases. Com relação ao nível de leitura de texto 129 encontra-se em processo de leitura e 1272 lêem textos.

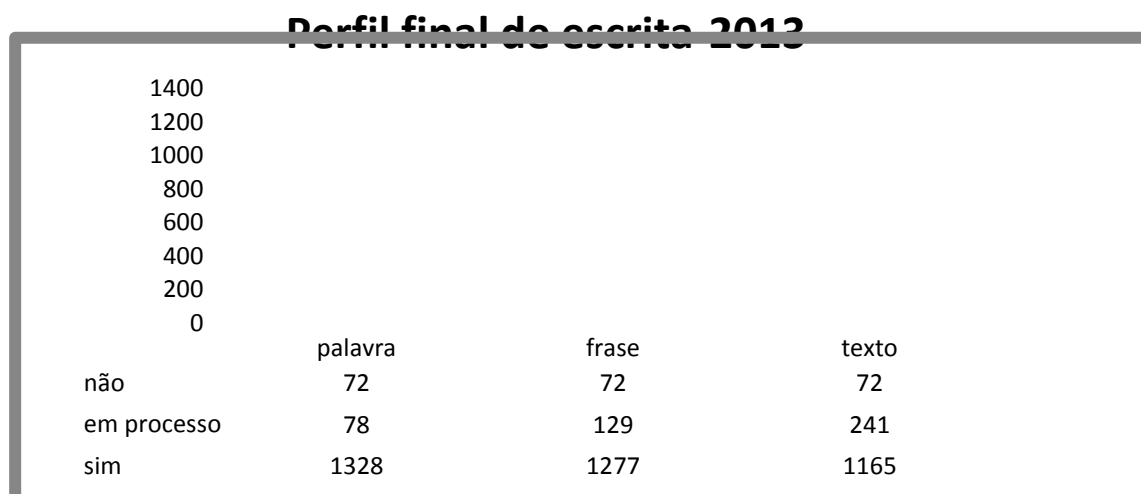
Ilustração 4- Gráfico representativo do perfil final de leitura dos alunos pesquisados- 2013



Fonte: Arquivo da 11ª GRE adaptação SILVA/ 2014

O perfil final de escrita dos alunos mostrou que 72 não escrevem palavras, 78 encontram-se em processo de escrita de palavra os demais escrevem palavras. Com relação à escrita de frase 129 alunos estão em processo de escrita de frase e 1277 escrevem frases. Com relação à escrita de texto os dados mostram que 241 alunos estão em processo de escrita de texto e 1165 alunos escrevem texto.

Ilustração 5- Gráfico representativo do perfil final de escrita dos alunos pesquisados- 2013.



Fonte: Arquivo da 11ª GRE adaptação SILVA/ 2014.

Dados mostram que inicialmente no ano letivo de 2013, 344 alunos não liam palavras. Enquanto que 318 alunos não escreviam palavras. Levando em consideração o número de alunos do 1º ano que somam 232, verifica-se que 112 alunos iniciaram o 2º ano sem ler palavras enquanto que 86 alunos iniciaram o segundo ano sem escrever palavras.

No final do ano, os alunos que não lêem palavras somam 77 enquanto 72 não escrevem. Com o uso do texto como referência observa-se importante mudança. Inicialmente, apenas 24% dos alunos escreviam texto e 28% eram capazes de ler texto com fluência. No final do ano o perfil de leitura e escrita mostra que 79% dos alunos escrevem texto e 86% estão aptos para a leitura de texto.

De acordo com Ferreiro, (1985) A criança apresenta diferentes fases até adquirir autonomia com a leitura e escrita. A referida autora estabelece em suas pesquisas sobre o nome próprio relação entre a influência da escrita do nome próprio e o deslocamento do valor sonoro convencional das letras. Constata, também, a relação entre a interpretação das partes do nome próprio e os níveis conceituais de escrita: *Pré-silábico, silábico, silábico-alfabético e alfabético*. No nível pré-silábico, a criança não analisa o nome próprio em termos de partes sonoras ou faz a análise muito precária. Já quando a escrita é silábica (implica numa análise da palavra em termos de sílabas) a criança percebe que o todo é dividido em partes, porém tem dificuldade de encontrar a ordem das sílabas.

Na escrita silábico-alfabética é a fase de transição intermediária aparecem condutas ora tipo silábicos, ora alfabéticos. Enquanto na escrita alfabética, a criança faz uma boa análise do nome próprio e suas partes construtivas, realiza uma boa correspondência das partes sonoras (fonemas) com as partes gráficas (grafemas).

As informações do perfil por turmas indicam que ao final de 2013, 63 dos alunos do 3º ano ainda não estão na escrita alfabética, da mesma forma 36 alunos do 4º e 14 do 5º ano.

As causas prováveis para que ocorra esse número de alunos que ainda não podem ser considerados alfabetizados são inúmeras: as questões sociais, muitos alunos ficam ausentes da escola por muitos dias. A falta de acompanhamento dos pais, motivos de saúde do aluno que dificulta o processo de aprendizagem e por falta de uma avaliação médica não pode ser atestada. Essas situações contrariam o objetivo do PNAIC que espera que os alunos iniciem o 3º ano lendo e escrevendo.

Desta forma, muitos alunos iniciam o 2º ciclo de alfabetização “o 4º ano apresentando grande dificuldade em leitura e escrita. Essa realidade dificulta o processo de consolidação da aprendizagem que iniciou nas séries iniciais e deverá ser consolidada a partir do 4º ano a fim de que o aluno consiga dominar com fluência o processo de leitura e escrita com competência para usar as normas ortográficas.

CONCLUSÃO

A partir do exposto, resultado de pesquisa bibliográfica e documental, percebe-se que a educação é um direito essencial para o exercício da cidadania e dos direitos humanos. Promovê-la é obrigação do Estado e da família. Para tanto, muitos são os esforços para a elaboração de um arcabouço legal que oriente e promova a universalização da educação de maneira igualitária em todo o território nacional.

A década de 90 representou um marco nas mudanças do Sistema Educacional Brasileiro a partir da promulgação da Constituição Federal que garante a todos o direito à educação ampliando o debate sobre o tema. A Conferência de Educação para Todos, ocorrida em março de 1990 em Jomtien, na Tailândia, por exemplo, trouxe como resultado para o Brasil a elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos (PNE). Que foi de grande importância para a elaboração de importantes leis e decretos como: a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e agora, recentemente, o Pacto Nacional de Educação na Idade Certa (PNAIC).

Com a elaboração dessas leis ocorreu uma mudança significativa no Sistema Educacional Brasileiro, pois, tais documentos prestam orientações tanto ao poder público no que diz respeito aos investimentos e ações que devem ser desenvolvidas por cada ente federativo como também presta orientações pedagógicas para a organização das modalidades de ensino. Tendo como meta principal erradicar o analfabetismo de adultos e permitir que toda criança seja alfabetizada até 8 anos de idade até 2016. E desta forma o Ministério da Educação e Cultura (MEC) visa antecipar a meta do Plano do decênio 2011-2020.

O resultado da avaliação do nível de leitura e escrita dos alunos do 1º ao 5º ano permitiu concluir que os alunos avançaram bastante o nível de leitura e escrita, entretanto, 113 alunos após o 3º ano que ainda não estão alfabetizados, Desses, 14 são do 5º ano que ainda não atingiram o nível da escrita alfabética como é o esperado para a idade cronológica e o tempo de escolarização da criança.

Alguns distúrbios cerebrais podem prejudicar o desenvolvimento cognitivo dificultando o domínio da leitura e escrita. Um total de 30 alunos da regional apresenta sinais de deficiência intelectual e freqüentam a sala de Atendimento

Educacional Especializado (AEE), entretanto, apenas 9 têm laudo. Como também outros fatores como: falta de acompanhamento familiar, falta de motivação do aluno, problemas socioeconômico etc.

Com tudo, conclui-se que os avanços no Sistema Educacional ocorridos na década de 90 a 2013 foram muito importantes e proporcionaram grande avanço no sentido da melhoria da educação com importante investimento e a melhoria na valorização do profissional da educação, entretanto, para atingir as metas estabelecidas pelo PNE e PNAIC ainda necessita melhorar muito o nível de leitura e escrita dos alunos, evitando que conclua o 3º ano sem estarem plenamente alfabetizados. Também se percebe que houve reprovação e evasão dos alunos, algo que significa prejuízos para os alunos

Para o sucesso do Sistema Educacional é necessário empenho de todos. A família necessita assumir a responsabilidade com a educação, não pode delegar a escola o papel de impor limites e cidadania às crianças. Como também, as escolas necessitam de um acompanhamento multidisciplinar que identifique distúrbios de aprendizagem por problemas tanto de saúde como perturbações do cotidiano social do aluno que interfere no seu comportamento e rendimento em sala de aula.

REFERÊNCIAS:

ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de. **Avaliação no ciclo de alfabetização.** In Pacto Nacional pela Alfabetização na idade Certa. Ano 1 unidade 1: MEC Secretaria de Educação Básica. Brasília, 2012.

BANCO MUNDIAL. Educação primária. Documento de política do Banco Mundial. Washington. D.C. 1992

BRASIL. **Constituição Federal.** Brasília: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 1988

_____. Lei Darcy Ribeiro- **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:** Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional [recurso eletrônico].– 8. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.

_____. **LEI Nº 11.274**, de 06 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos artigos 29, 30, 32 e 87 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais : introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997.

_____. Ministério da Educação e Cultura -MEC. CNE. Parecer CEB 04/98. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.** Brasília. CNE. 1998. Disponível em: http://ldbcamara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb_8.ed.pdf?sequence=13

_____. Ministério da Educação e Cultura- MEC. **Lei 8.035/2010. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.** Disponível em: <http://pacto.mec.gov.br/o-pacto>. Acesso mar. 2014.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Plano Decenal de Educação para todos/ MEC/SEF.** - Brasília: , 1993. Disponível em: <http://biblioteca.planejamento.gov.br/biblioteca-tematica-1/textos/educacao-cultura/texto-167-o-que-e-o-plano-decenal-de-educacao-para-todos.pdf>

_____. LEI Nº 12.801, DE 24 DE ABRIL DE 2013. Dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e altera as Leis nos 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.405, de 9 de janeiro de 1992, e 10.260, de 12 de julho de 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12801.htm

CRUZ, Magna do Carmo Silva, ET al. **Planejamento no ciclo de alfabetização: objetivos e estratégias para o ensino relativo ao componente curricular Língua Portuguesa.** In Pacto Nacional pela Alfabetização na idade Certa. Ano 2 unidade 2: MEC Secretaria de Educação Básica. Brasília, 2012.

CASTANHEIRA, Maria Lúcia et al. **Alfabetização e letramento na sala de aula 2**. Ed : Autêntica. Belo Horizonte, 2009.

DELORS et al, **Educação: um tesouro a descobrir** .produzido na Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, pela UNESCO: 1996 disponível em: <http://educacao.lfc.org.br/ead/mod/forum/discuss.php?d=687>

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização**. São Paulo: Cortez, 1985.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50. Ed.rev. e atual: Paz e Terra, Rio de Janeiro 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutivo**: um (re) exame das relações entre educação estrutura econômico-social capitalista : Cortes. São Paulo, 1993

GUEDES, Paulo Coimbra. **A formação do professor de português: Que língua vamos ensinar?** São Paulo: Parábola Editorial, 2006

LIMA, Elvira Sousa. **Como o cérebro aprende a ler**. in PRESENÇA PEDAGÓGICA revista bimestral: DIMENSÃO V. 18 N. 103. ISSN: 1413-1862. Jan/fev. 2012.

MORAIS, Artur Gomes de. **A norma ortográfica do português: o que é? Para que serve? como está organizada?**. In SILVA, Alexsandro da. **Ortografia na sala de aula**. ed. 1. reimp.: Autêntica, Belo Horizonte 2007

PEQUENO, Marconi. O fundamento dos direitos humanos. In: ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares, et al. **Direitos Humanos capacitação de educadores**. V.1. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB,2008.

POZZEBOM, Fabio Rodrigues /Agência Brasil. **Brasil avança em matemática mas fica em 58º no ranking do Pisa**. Disponível em:

<http://www.todospelaeducacao.org.br/comunicacao-e-midia/noticias/29216/brasil-avanca-em-matematica-mas-fica-em-58-no-ranking-do-pisa/>

SEVERINO, Antonio Joaquim **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed: Cortez, São Paulo, 2007.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em TRE gêneros: autêntica**. Belo Horizonte, 1998

XAVIER, Maria Elizabete. **Capitalismo e Escola no Brasil**: Papyrus. São Paulo, 1990